

CEsA

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Colecção

Documentos de Trabalho

nº 96

Eduardo Moraes Sarmento

O Turismo como ferramenta na luta contra a pobreza: o caso de Cabo Verde

Lisboa
2011



*O CEa não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

O Turismo como ferramenta na luta contra a pobreza: o caso de Cabo Verde

Lisboa, 2011

Eduardo Moraes Sarmento

**CEsA
Centre of African and Development Studies
Faculty of Economics and Management
Technical University of Lisbon**

Resumo

Este artigo pretende efectuar uma reflexão sobre o drama que assola muitas das sociedades actuais: a pobreza. Este é um fenómeno que urge erradicar rapidamente. O artigo tem duas partes principais. Numa primeira fase, analisam-se as suas causas e as diversas formas de manifestação. Numa segunda fase, pretende-se analisar mais detalhadamente de que forma o turismo poderá ser utilizado enquanto forma alternativa para reverter ou minimizar este calamidade.

Abstract

This article pretends to reflect about the drama that affects numerous actual societies: poverty. This is a phenomenon that urges to quickly eradicate. The article has two main parts. On a first phase, we analyse its causes and different forms of manifestation. On a second phase, we want to analyse in a more detailed way how the tourism could be used as an alternative way to revert or to minimize this calamity.

Palavras chave: pobreza, vulnerabilidade, turismo, sustentabilidade

O que é a pobreza?

Embora esta não seja uma questão nova, apenas desde a década de 70 se começaram a generalizar as preocupações relacionadas com este fenómeno. Apesar disso, a opinião pública e os responsáveis políticos, têm-se dividido entre a indiferença e a preocupação em fazer algo já que a pobreza tem estado geralmente eclipsada por outras prioridades tanto sociais como políticas.

A concepção de pobreza além de poder assumir muitas facetas e dimensões tem vindo a transformar-se gradualmente (Godfried Engbersen, 1999), muda de lugar para lugar e tem portanto ser encarada sob várias perspectivas (UNDP, 2007).

Sobre um ponto de vista mais economicista pode-se falar na privação de satisfação de várias necessidades básicas diárias tais como vestuário, alimentação, abrigo e acesso a água potável por exemplo (World Bank, 2007a). Sob um ponto de vista mais social, a pobreza pode ser entendida como a dificuldade ou ausência de acesso à informação, educação, cuidados de saúde e mesmo poder político (World Bank, 2007a).

Todavia, para os “pobres”, a pobreza não é uma definição ou um conceito – é a dura realidade em que têm de viver ou de subsistir. A pobreza é fome. É ausência de abrigo. É estar doente e não poder consultar um médico. É não poder frequentar a escola e não saber ler. É não ter um emprego, ter medo do futuro, viver um dia após o outro. É ter uma criança doente por ter ingerido água imprópria (UNDP, 2007). É a “ (...) negação de oportunidades de trabalho e a violação da dignidade humana. Significa insegurança, exclusão de indivíduos, famílias e comunidades” (IMF & IDA, 1999).

O limiar de pobreza, varia necessariamente de país para país. Nalgumas regiões do mundo, o bem-estar atinge-se quando a quantidade de alimentação e vestuário é suficiente para uma integração social plena. Todavia, nas sociedades mais industrializadas, o nível de exigência será superior. Assim, nalguns casos pode-se concluir que a integração dependerá da cultura, da região e mesmo do período que se atravessa (Sen, 1983) sendo certo que este fenómeno deixará de ser local para passar a ser global como corolário do processo de globalização (UNDP, 1999). Neste contexto, importa salientar que qualquer aproximação que se faça terá sempre um carácter subjectivo e será sempre muito difícil de caracterizar adequadamente que bens e serviços serão realmente fundamentais para poder estipular um determinado nível de pobreza, de exclusão ou até de privação.

Um olhar sobre a pobreza mundial

Mais de 3 mil milhões de pessoas viviam em 2005 com menos de US\$ 2,50 por dia (World Bank, 2008). Pelo menos 80% da população mundial vive com menos de US\$10 por dia (World Bank, 2008).

Mais de 80% da população mundial vive em países onde estão a agravar-se as diferenças de rendimentos (UNDP, 2007).

40% da população mundial dos países mais pobres representam 5% do rendimento total. 20% representam ¼ do rendimento mundial (UNDP, 2007).

Relativamente à distribuição da população mundial por faixa etária, importa realçar que existem actualmente cerca de 2,2 mil milhões de crianças no mundo, das quais cerca de metade se encontra na pobreza. Das cerca de 2 mil milhões de crianças que residem nos países em vias de desenvolvimento, existem: (i) 270 milhões sem acesso a serviços de saúde (1 em 7); (ii) 640 milhões sem protecção adequada (1 em 3) e (iii) 400 milhões sem acesso a água potável (1 em 5). Isto significa que 1,4 milhões de crianças morrem todos os anos por falta de acesso a água potável e a um saneamento adequado (UNICEF, 2005).

Um terço das mortes (aproximadamente 18 milhões de pessoas por ano o que equivale a cerca de 50.000 pessoas por dia) devem-se a causas relacionadas com a pobreza. Estima-se que cerca de 270 milhões de pessoas tenham morrido por causa da pobreza desde 1990, a maioria das quais mulheres e crianças (WHO, 1999).

Segundo a UNICEF (1999), morrem diariamente entre 26.500 e 30.000 crianças com menos de 5 anos nos locais mais pobres e distantes devido à pobreza (Shah, 2009).

Todos os anos morrem aproximadamente 11 milhões de crianças antes do seu quinto aniversário (WHO, 1999).

Quem vive na pobreza depara-se com uma esperança de vida à nascença mais reduzida. Estima-se que cerca de 28% de todas as crianças dos países em vias de desenvolvimento estejam subnutridas. Relativamente à escolaridade, cerca de 72 milhões de crianças não frequentavam a escola primária nos países em vias de desenvolvimento. Destes, 57% eram raparigas (United Nations, 2007). Desta forma, não é de estranhar que aproximadamente mil milhões de pessoas estavam incapacitadas de ler um livro ou de assinar o seu nome (UNICEF, 1999).

As doenças infecciosas continuam a progredir, estimando-se que cerca de 40 milhões de pessoas estejam infectadas com HIV/SIDA. Todos os anos morrem entre 350–500 milhões de pessoas devido à malária (UNDP, 2007).

A água aparece como outro problema delicado. Cerca de metade da população mundial é (in)directamente afectada por este flagelo (UNDP, 2006): (i) aproximadamente 1.1 mil milhões de pessoas dos PVD têm acesso inadequado às fontes de água e quase 3 mil milhões não possuem saneamento básico; (ii) mais de 660 milhões de pessoas que vivem sem saneamento, fazem-no com menos de US\$ 2 por dia, enquanto que cerca de 400 milhões vivem com cerca de US\$ 1 por dia; (iii) cerca de 2 milhões de pessoas têm acesso a uma fonte de água num raio de 1 km, mas não na sua residência ou quintal. Consomem cerca de 20 litros de água por dia¹; (iv) milhões de mulheres

¹ No Reino Unido, uma pessoa utiliza diariamente uma média de 50 litros nas descargas dos quartos de banho, enquanto que em média se consomem 150 litros por dia. No caso dos Estados Unidos, o consumo médio diário é de 600 litros.

perdem várias horas do seu dia a recolher água; (v) perdem-se aproximadamente 443 milhões de dias de escolaridade devido a doenças relacionadas com a água; (vi) cerca de 1,8 milhões de crianças morrem como corolário da diarreia; (vii) cerca de metade das pessoas que vivem em países em vias de desenvolvimento sofrem de algum problema motivado pela água ou deficiente saneamento e (viii) apenas 12% da população mundial utiliza 85 % da sua água, e estes 12 % não vivem no Terceiro Mundo (Weisbrot, 2001).

Nas zonas rurais, encontramos três em cada quatro pessoas a viver com menos de US\$1 por dia, além de elevados problemas de mal nutrição. Importa contudo referir que a urbanização não é necessariamente um sinal de progresso (PNUD, 2007). Actualmente, cerca de metade da população mundial vive em centros urbanos. Em 2005, 1 em cada três habitantes urbanos (aproximadamente mil milhões de pessoas) viviam em bairros de lata (United Nations, 2007).

Nos países em vias de desenvolvimento, cerca de 2,5 mil milhões de pessoas necessitam de utilizar a biomassa como forma de satisfazer as suas necessidades energéticas para cozinhar. Na África sub-sahariana, mais de 80% da população depende da biomassa tradicional para cozinhar. Nos casos da Índia e da China esse valor atinge os 50% da sua população (United Nations, 2007). A poluição gerada pelo uso destes modos de energia constituem um enorme motivo de morte. De facto, morrem anualmente mais de 1,5 mil milhões de pessoas por este motivo. Mais de metade morrem com menos de 5 anos, isto é, 4000 mortes diárias (United Nations, 2007).

Estes aspectos também se reflectem no acesso das populações ao consumo. Em 2005, 20% dos países mais ricos representavam 77% do consumo privado total, enquanto no caso dos 5% mais pobres representavam 1,5% (World Bank, 2008).

O PIB de 41 dos países pobres mais fortemente endividados (correspondente a 567 milhões de pessoas) é inferior aos 7 países mais ricos juntos (United Nations, 2007).

Por cada US\$1 recebido pelos PVD em ajuda ao desenvolvimento, eles têm de pagar mais de US\$25 em repatriamento da dívida (Powell, 2005).

Quanto mais pobre for um país, maior é a probabilidade de os reembolsos serem extraídos directamente das pessoas que não estiveram envolvidas nesses empréstimos nem recebem essas verbas (The Observer, 2002).

Nos países mais desenvolvidos, as pessoas que vivem na pobreza têm maior probabilidade de sofrerem de isolamento social. Rendimentos reduzidos e escassas oportunidades de trabalho para os adultos levam a que as famílias mais carenciadas dependam dos rendimentos de apenas um membro mais jovem da família. Podem igualmente constituir o motivo para o desenvolvimento de actividades marginais ou o aumento da economia informal (Huston, 1991).

O risco educacional é enorme para os mais desafortunados na medida em que se assiste a enormes taxas de desistência e reprovação. Para estas crianças mais desafortunadas existem vários motivos que explicam esta situação e que vão desde a delinquência juvenil, às elevadas taxas de gravidez e mesmo à dependência económica nos exíguos rendimentos dos pais (Huston, 1991).

Nos últimos anos tem-se verificado que o número de crianças que vivem em famílias mais desfavorecidas aumentaram dramaticamente, existindo uma em cada cinco crianças nestas circunstâncias (Solley, 2005). O

insucesso escolar destas crianças é muito superior às outras crianças como consequência do seu elevado absentismo motivado pelas precárias condições de saúde, fadiga, fome, infecções virais e gripes (Solley, 2005).

Constatou-se que existe uma forte correlação entre os reduzidos níveis socioeconómicos dos progenitores e o nível de sucesso educacional das crianças em casa (Holyfield, 2002).

A ausência de infra-estruturas básicas, educação reduzida e saneamento insuficiente aliados a reduzidos níveis de rendimentos e baixos níveis de riqueza minam a possibilidade dos governos criarem impostos que poderiam ser utilizados na provisão de bens públicos e contribuem para a perpetuação da pobreza. Se a este conjunto de factos juntarmos a fraca provisão de serviços públicos e a sua vulnerabilidade perante os desastres naturais constata-se que estes países são muito mais vulneráveis aos choques internacionais.

Os países que sofrem de maiores níveis de pobreza tendem a sofrer de maiores níveis de emigração, principalmente dos profissionais mais qualificados o que irá também constituir um importante factor condicionador do desenvolvimento destes países.

Causas para o aparecimento da pobreza

O aparecimento da pobreza pode ser explicado por vários fenómenos:

(i) Económicos. Estes decorrem essencialmente do desemprego, da dependência do petróleo (cuja instabilidade de preços afecta principalmente os mais carenciados), sistemas de comércio injustos para os países que não conseguem ultrapassar as medidas proteccionistas impostas por alguns países, a evasão fiscal, o crime organizado e ainda a desigual distribuição das terras.

(ii) Governação. A falta de democracia em muitos países está associada a uma má governação e a uma falta de medidas que possam providenciar a oferta de uma infra-estrutura adequada, acesso a educação e naturalmente ao controlo da corrupção.

(iii) Factores sócio-demográficos. A população humana encontra-se desigualmente distribuída, sujeita a problemas ligados com o crime de colarinho branco, crime organizado, cartéis e droga. Por outro lado, é comum ser a classe média a reter os benefícios sociais que seriam destinados aos mais carenciados. Em muitos países, assiste-se a guerras, genocídios e muitas formas de discriminação (género, racial, casta, etc.). Importa referir que por vezes a análise deste fenómeno incorpora uma série de aspectos pejorativos, raciais e estereotipados que encaram os mais desfavorecidos como vítimas indefesas ou receptoras de programas de ajuda (World Bank, 2007a).

(iv) Cuidados de saúde. A dificuldade no acesso a cuidados de saúde torna os indivíduos menos resistentes aos problemas económicos e mais vulneráveis à pobreza. Por outro lado uma deficiente alimentação aumenta a possibilidade de doenças e pode estimular o consumo de bebidas alcoólicas e de drogas (World Economic Forum, 2008).

(v) Factores ambientais. A erosão, a desertificação, a desflorestação, mudança ambiental constituem problemas que afectam o bem-estar das populações mais carenciadas. O acesso a terras férteis, água potável, energia, comunicações também aparecem como factores que podem condicionar a vida das populações.

Perspectivas de evolução

O Relatório do Milénio mostrou que já houve alguns progressos na luta contra a pobreza, nomeadamente (United Nations, 2007):

(i) a proporção de pessoas que vivem na extrema pobreza caiu cerca de 1/3 em 1990 para menos de 1/5 em 2004 (United Nations, 2007). De acordo com o Banco Mundial (2007) em 2030 o número de pessoas que viverão com menos de US \$1 por dia cairá para metade, o que representará 550 milhões de pessoas. No entanto, o continente Africano terá dificuldade em conseguir níveis de desenvolvimento compatíveis com o resto do mundo. Desta forma, estima-se que em 2030, haverá em África um agravamento da proporção do número de pessoas mais carenciadas (World Bank, 2007).

(ii) A captação de crianças para a escola primária cresceu de 80% em 1991 para 88% em 2005;

(iii) A mortalidade infantil decresceu globalmente em todas as regiões menos desenvolvidas (UNDP, 2008);

(iv) A epidemia de tuberculose está finalmente a decrescer;

(v) Alguns indicadores do desenvolvimento humano estão a melhorar. A esperança de vida tem vindo a melhorar nos países em vias de desenvolvimento nos últimos anos e está-se a aproximar dos valores dos países mais desenvolvidos (UNDP, 2008).

Apesar destes progressos, ainda existem muitos desafios por alcançar (United Nations, 2007):

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome.

2. Atingir a educação primária universal.

3. Promover a igualdade dos géneros e aumentar a empregabilidade feminina.

4. Reduzir em 2/3 a mortalidade infantil de crianças com menos de 5 anos entre 1990 e 2015.

5. Reduzir em 3/4 a taxa de mortalidade maternal entre 1990 e 2015.

6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças

7. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas estratégias dos países e reverter a perda dos recursos ambientais.

8. Desenvolver um partenariado global para o desenvolvimento revertendo os benefícios para a comunidade e empresas locais.

O potencial do turismo

Importa realçar que as tendências da evolução do turismo internacional, apesar da crise mundial podem ser consideradas relativamente positivas.

Quadro 1: Tendências e perspectivas do turismo internacional

Chegadas de turistas	Taxa média de crescimento anual (%)
1950 – 1970	9,9
1970 – 1980	5,7
1980 – 1990	4,7
1990 – 1995	3,2
1995 – 2000	3,4
2000 – 2010	4,2
2010 - 2020	4,5

Fonte: WTO (2005)

Mas, o mais significativo é que a sua distribuição irá ter reflexos em todas as regiões do mundo, desde que obviamente haja a capacidade para reter os seus benefícios.

Quadro 2: Previsão das chegadas internacionais de turistas por região (milhões)

Regiões	2000	2010	2020	TMCA 1950-2020
Europa	403	527	717	3,1%
Ásia e Pacífico	112	195	397	6,5%
Américas	129	190	282	3,8%
África	28	47	77	5,5%
Médio Oriente	20	36	69	6,7%
Ásia do Sul	6	11	19	6,2%
Total mundial	698	1.006	1.561	

Nota: TMCA – Taxa média de crescimento anual

Fonte: WTO (2005)

Mais concretamente, o desafio que se impõe é conseguir-se captar estes fluxos, reter os seus benefícios e mantê-los a médio e longo prazo.

O turismo constitui uma das principais actividades exportadoras para 83% dos países em vias de desenvolvimento e é a principal actividade exportadora para 1/3 delas (WTO, 2002). Este facto significa que para muitos deles o turismo representa a principal fonte de ganhos de divisas.

80% dos países mais pobres (aqueles cuja população vive com menos de US\$ 1 por dia) representam 12 países. Destes, em 11 o turismo tem um peso significativo² (WTO, 2002).

O turismo tem sido nos últimos anos uma das actividades que mais alterações tem sofrido como resultado de uma série de mudanças que o têm afectado e das quais podemos destacar: (i) a diversificação e aparecimento de novos mercados de origem; (ii) as atracções oferecidas e exigidas; (iii) as alterações nas motivações subjacentes à viagem; (iv) a melhoria dos meios de transporte; (v) o aparecimento de novas formas de alojamento; (vi) a organização da viagem; (vii) a progressiva diluição de fronteiras e barreiras associada à crescente mobilidade das pessoas e bens e (viii) o mundo global de hoje que surge como um espaço ilimitado devido às inovações tecnológicas que se processaram no último século: o satélite, uma multiplicidade de equipamentos que nos rodeia (como acontece com a televisão, o multibanco, o rádio, o vídeo, telefone com atendedor de chamadas, fax e computador) e naturalmente a Internet (Buhalis e Carlos Costa, 2006).

O turismo é considerado em muitos países como uma actividade eminentemente económica, de tal forma que é frequentemente caracterizada como “o passaporte para o desenvolvimento” (OMT, 2006).

Os fluxos de turismo por região mostram que tem havido uma evolução positiva em praticamente todas as regiões. No entanto, é de destacar o aumento do número de turistas em África e no Médio Oriente, regiões que duplicaram a sua quota de mercado desde 1975 (OMT, 2006).

Todavia, muitos destes países ainda não detêm capacidade de retenção dos benefícios do turismo devido à falta de meios adequados de transporte, de facilidades de alojamento da inexistência de uma infra-estrutura de apoio adequada (seja sob a forma de aeroportos, fornecimento de energia, tratamento de lixos e que limitam os efeitos desejados do turismo (OMT, 2006).

Outro aspecto não negligenciável que pode frequentemente impedir o seu desenvolvimento decorre da própria especificidade do turismo: uma actividade onde o contacto pessoal é permanente e imprescindível. Este aspecto reforça o facto das actividades ligadas ao turismo necessitarem pois de um elevado número de pessoal qualificado, o que nem sempre acontece (OMT, 2006). E este facto levanta um paradoxo: se por um lado, o turismo se apresente normalmente como uma actividade de interesse, por outro ele encontra-se limitado pela falta de “ferramentas” adequadas. E este paradoxo pode ser ainda maior caso se assista a uma grande disparidade entre os níveis de vida das populações locais e o dos turistas (OMT, 2006).

Neste novo palco global e de grande difusão tecnológica têm surgido novas incertezas e novos desafios a praticamente todos os destinos turísticos, o que os obriga a reestruturar a sua estratégia de desenvolvimento no sentido de garantir a maximização dos benefícios inerentes a “qualquer espaço que possa ser potencialmente um espaço turístico” (Urry, 1990). É neste contexto em profunda transformação que a pequena dimensão e a pequena

² Entendido como pesando mais de 5% das exportações ou mais de 2% do PIB.

escala aparecem como uma oportunidade distinta de ser ter sucesso em contraposição aos modelos tradicionais e padronizados.

Vantagem comparativa do turismo enquanto estratégia de desenvolvimento

Embora o turismo não seja muito diferente de outros sectores produtivos, ele detém algumas vantagens comparativas potenciais que importa explorar já que:

- o turismo é consumido no local de produção. A deslocação dos consumidores para os destinos proporcionam a possibilidade de criação de micro empresas nos centros urbanos e nas áreas rurais assim a venda adicional de bens e serviços como acontece com o artesanato, as recordações, etc. (WTO, 2002).
- O acesso aos mercados internacionais é um problema considerável para muitos países, especialmente para os sectores tradicionais. Na medida em que o turismo pode ultrapassar este desiderato, estes países ganham uma capacidade exportadora e reduzem simultaneamente o problema da dimensão e da distância (Sarmiento, 2008).
- o turismo cria importantes oportunidades para a diversificação da economia local . Ele oferece oportunidades para se melhorar a capacidade empresarial de pequena escala e proporciona a possibilidade de trabalho intensivo. Também promove a equidade de género na medida em que pode empregar uma elevada proporção de mulheres (WTO, 2002; DFID, 1999).
- o turismo nos PVD pode constituir a porta para a integração mundial de muitos destes países devido às suas vantagens comparativas que eles detêm a nível do turismo. O produto turístico pode ser construído com base nos recursos naturais e na cultura, activos que estes países podem deter. Os turistas são atraídos pelas áreas remotas devido aos seus activos ligados à herança cultural, à vida selvagem e ao valor paisagístico (WTO, 2002). Igualmente importante é a capacidade para sedimentar o orgulho nacional e diminuir a vulnerabilidade económica pela possibilidade de diversificação do mercado.
- finalmente, o turismo pode ser utilizado como ferramenta de reordenamento do território e fixação das populações rurais, evitando a indesejável migração rural-urbana. Complementarmente, os habitantes de uma determinada região poderão beneficiar dos ganhos em infra-estruturas como resultado da construção de estradas, água canalizada, electricidade, melhores comunicações (Sarmiento, 2008).

Desafios / Gestão do desafio da pobreza

“O turismo é como o fogo, pode-se cozinhar com ele ou pode-se incendiar a casa” (Ditado Asiático)

É importante maximizar os efeitos benéficos do turismo e as suas oportunidades e controlar os seus efeitos negativos. Uma forma de maximizar os seus efeitos para a comunidade local e assim contribuir a sua importância para a redução da pobreza passa pelo aprofundamento da interacção entre os efeitos do turismo e a economia local.

O (in)sucesso da estratégia dependerá assim (i) do acesso dos mais carenciados ao mercado: localização física, elites económicas e exclusão social; (ii) viabilidade comercial: qualidade e preço do produto, estratégia de marketing; (iii) condições políticas: posse da terra, contexto regulador, processo de planeamento, capacidade e atitude governamental; (iv) implementação e maximização das oportunidades (WTO, 2002).

É fundamental neste processo conseguir envolver os vários actores, nomeadamente (i) os governos (que deverão delinear as estratégias visionárias, as leis e a coordenação global); (ii) a iniciativa privada; (iii) os pobres enquanto produtores, trabalhadores e participantes nas tomadas de decisão; (iv) a sociedade civil como garante da inclusão dos mais carenciados (inclui instituições de ensino, associações de comércio, jornalistas, etc.); e (v) doadores (WTO, 2002).

Desta forma, o sucesso desta estratégia dependerá muito (i) da capacidade de absorção destes efeitos pela economia local; (ii) da qualidade dos produtos desenvolvidos; (iii) do acesso da comunidade local ao mercado turístico; (iv) assegurar que os projectos turísticos contribuem para o desenvolvimento local e não são apenas uma fonte geradora de receitas (WTO, 2002). Apesar das receitas geradas pelo turismo serem frequentemente repatriadas, o importante para as pessoas é a pequena parte que lhes permitirá aumentar a sua riqueza e a das suas famílias (Cattanrinich, 2001).

Uma monocultura turística poderá acarretar novos perigos aliados à substituição de uma actividade dominante por outra actividade dominante (Sarmiento, 2008).

A pobreza em Cabo Verde

Como se teve oportunidade de analisar anteriormente, a erradicação da pobreza é algo que tem sido permanentemente colocado na agenda do desenvolvimento desde a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhaga em 1995. Neste contexto, importa realçar que também Cabo Verde aderiu a este compromisso, pelo que importa agora reflectir sobre alguns dos aspectos mais relevantes deste fenómeno.

Extensão e distribuição da pobreza.

As autoridades cabo-verdianas têm feito um notável esforço de contenção da pobreza, o que pode ser evidenciado no facto de se ter passado de cerca de 30,2% de pobres na população total em 1993 para 26,7% em 2007 (Ministério das Finanças e Administração Pública, 2008). Naturalmente que a distribuição dos pobres pelas ilhas difere consideravelmente de umas para as outras tendo em atenção não só a dimensão da população local, mas igualmente as vicissitudes e as características inerentes a cada ilha. De uma forma geral, o conjunto das ilhas de Santiago, S. Vicente e Santo Antão contribui com cerca de 84,2% da pobreza nacional, o que pode ser parcialmente explicado pelo peso populacional dessas ilhas. Inversamente, as ilhas da Brava e de S. Nicolau embora atinjam os níveis mais elevados de pobreza, têm fraca expressão em termos de contribuição para a formação da pobreza nacional (Ministério das Finanças e Administração Pública, 2008).

A problemática da pobreza: diagnóstico

Dada a dimensão arquipelágica do país, cada ilha constitui uma realidade particular e específica. Apesar disso, iremos tentar sistematizar um conjunto principal de características transversais às mesmas.

O fenómeno da pobreza tem sido parte integrante da história deste país. Vários factores têm contribuído para esta situação. Desde logo o desequilíbrio estrutural existente entre a população e o sistema produtivo nacional baseado na exploração dos fracos recursos naturais (Sarmiento, 2008).

Mais especificamente, a nível da agricultura podemos destacar (i) a escassez de solos aráveis e de água; (ii) práticas agrícolas pouco produtivas e pouco respeitadoras do meio-ambiente com reflexos a nível da erosão e desertificação; (iii) o excessivo parcelamento da terra que impede que o rendimento proveniente da agricultura, mesmo em anos bons, seja insuficiente para assegurar cabalmente as necessidades de sobrevivência; (iv) a ausência de acesso a terra de boa qualidade ou de regadio; (v) a aleatoriedade do clima associado à seca persistente; (vi) a dispersão do habitat no mundo rural, denotando uma necessidade de reordenamento do território. A própria carência em termos de transportes e comunicações, aliado nalguns casos à falta de rodovias isolam ainda mais as comunidades rurais que ficam distantes dos principais centros urbanos.

Todos estes aspectos, têm limitado o desejável desenvolvimento da agricultura cabo-verdiana e desta forma as condições para assegurar o sustento das populações. Outro aspecto particular é que a pobreza em Cabo Verde é um fenómeno muito dependente das condições climáticas.

A pobreza tem sido um fenómeno eminentemente rural. Apesar disso, nos últimos anos tem-se vindo a assistir a uma transferência da pobreza para o meio urbano, principalmente por intermédio da migração em direcção às duas principais cidades: Praia e Mindelo e em menor número também para a ilha do Sal.

Em termos de género, as mulheres aparecem de forma sistemática em posição de desigualdade para uma participação activa na vida económica. De uma forma geral, apresentam as taxas de analfabetismo mais elevadas e

estão sobrecarregadas com os trabalhos domésticos bem como com a educação das crianças. Desta forma, o facto de se ser mulher em geral, e mulher rural e chefe de família em particular, agrava as probabilidades de ser pobre.

Em várias ilhas, as principais causas da pobreza explicam-se pelas dificuldades de reconversão da economia no sentido da sua internacionalização, pelo limitado desenvolvimento da indústria ligeira de exportação e pela incapacidade de responder às crescentes necessidades de procura de emprego ou pelo menos de resolver o problema do desemprego e do sub-emprego. Embora este fenómeno seja geral, observa-se que no espaço rural a pobreza é mais extensiva e também mais grave do que nos centros urbanos.

É importante realçar o facto dos níveis de pobreza variarem grandemente e em sentido inverso com o nível de escolaridade/instrução. Apesar de grande parte da população possuir o nível primário de estudos (4 anos), o analfabetismo atinge alguma expressão na camada adulta, o que se reflecte num reduzido nível de qualificação profissional.

O acesso à água potável e ao saneamento básico.

O acesso à água potável constitui um dos problemas mais críticos para as populações.

Cabo Verde tem-se historicamente deparado com a progressiva diminuição das chuvas. O uso da água, especialmente para fins agrícolas tem sido considerado pelas autoridades nacionais ineficaz (mais 80% da água disponível é utilizada na irrigação contra apenas 13% para consumo doméstico).

A água consumida em Cabo Verde é, essencialmente, de origem subterrânea. No entanto, o volume das águas superficiais é muito superior mas sub-aproveitado por dificuldades de captação. Estima-se que da água das chuvas, 20 %, representando cerca de 181 milhões de metros cúbicos num ano médio, escoam-se sob a forma de águas superficiais, 13%, equivalentes a 124 milhões de metros cúbicos, infiltram-se para alimentar os lençóis freáticos e 60% evaporam-se (Ministério das Finanças e Administração Pública, 2008).

Calcula-se que cerca de 65 milhões de metros cúbicos são considerados tecnicamente exploráveis. Desses, cerca de 32% encontram-se mobilizados. Em vários concelhos e localidades, a dessalinização da água do mar, com custos proibitivos, tem sido a alternativa encontrada para abastecer as populações.

Apesar do acesso das populações à água potável ter melhorado sensivelmente nos últimos anos, a população não coberta com o abastecimento de água é constituída pelas famílias mais pobres. A parte rural do país, a mais pobre, é pior servida: apenas 34% da população rural está coberta com o abastecimento de água potável; a captação é de apenas 12,5 litros por dia; pelo menos, 35 % da população vivem a mais de 1 km de um ponto de distribuição de água e 25 % a mais de 2 kms (Ministério das Finanças e Administração Pública, 2008).

Nas zonas urbanas, apenas 32% das famílias dispõem de ligação domiciliária. As restantes, sobretudo nas zonas da periferia urbana, abastecem-se em fontenários ou através de camiões cisternas. Estima-se uma captação média dos que se abastecem em fontenários, em cerca de 15 litros por dia.

A população mais carenciada, abastece-se em fontenários ou então directamente em poços, nascentes e levadas. Para além da reduzida quantidade, levanta-se o problema da má qualidade da água, com repercussões graves a nível da saúde. O controlo da água é ainda muito deficiente, não obstante o esforço que muitos municípios vêm fazendo no sentido ultrapassarem este desiderato.

Outro problema que tem sido detectado resulta do ritmo de construção civil e da ausência de alternativas em termos de matéria-prima básica para a construção civil que tem levado a uma sobre-exploração de inertes, como areia e cascalho. Isto tem vindo a destruir as orlas marítimas, dificultando o ciclo biológico de algumas espécies ao mesmo tempo que provoca a intrusão salina nos aquíferos. Esta situação agrava os problemas da desertificação e da degradação dos solos, do combate à poluição dos recursos hídricos, dificultando ainda mais as condições de vida dos mais carenciados.

Grupos em situação de pobreza

A pobreza tem afectado de forma especial grupos particulares da população, nomeadamente os grupos vulneráveis³, as mulheres⁴, os trabalhadores das FAIMO⁵ e os desempregados⁶.

Em anos de seca, agrava-se o fenómeno do êxodo rural através do aumento do fluxo migratório interno das populações que procuram nos centros urbanos de São Vicente e de Santiago uma escapatória para a situação de pobreza. Esta situação levanta alguns problemas típicos associados às cidades em expansão, nomeadamente a construção clandestina, a urbanização caótica e o crescimento espontâneo de bairros nas periferias. Por sua vez, a falta de condições de habitabilidade, associadas à carência do abastecimento de água, à insalubridade do meio

³ Formados por pessoas e famílias que vivem em situações de grande carência e/ou de risco e que não podem, por si sós, assegurar a sua subsistência. Incluem pessoas desde crianças dos 6 meses aos 5 anos, oriundas de famílias muito pobres e com problemas de malnutrição até idosos, doentes crónicos, deficientes e inválidos, sem meios de subsistência, em risco de isolamento e marginalização. Em termos de perfil, os “vulneráveis” não têm instrução, nem formação profissional, são geralmente desempregados ou empregados precários. São essencialmente do sexo feminino, vivem em lugares dispersos e, muitas vezes, isolados. Os caminhos de acesso à água e às vias principais são difíceis. Habitam em casas degradadas, exíguas e promíscuas, sem água e instalações sanitárias, em más condições de higiene.

⁴ As mulheres experimentam maiores dificuldades de integração no mercado de trabalho estando pois mais expostas a situações de pobreza. As mulheres empregadas estão fundamentalmente no sector terciário (85% das mulheres empregadas estão neste sector). De igual modo, assiste-se a uma correlação entre o sexo e a actividade e/ou o sector de actividade. De facto, as mulheres estão, de uma forma geral, mais representadas no sector dos serviços. No meio rural, elas estão no sector primário, sendo responsáveis por uma parte razoável da produção agrícola. Finalmente, é de realçar que as mulheres têm um papel preponderante no sector informal do comércio, assumindo quase que em exclusivo, a distribuição e comercialização dos produtos, tanto da agricultura como das pescas.

⁵ O sistema FAIMO (Frentes de Alta Intensidade de Mão-de Obra) constitui um garante de um rendimento mínimo a um conjunto de trabalhadores pobres e muito pobres, excedentários do mundo rural e que praticamente só dispõem da força de trabalho como fonte de rendimento. Normalmente actuam em domínios predominantemente braçais, que vão desde a conservação de solos e água, da reflorestação até à construção e reparação de estradas.

Os trabalhadores das FAIMO são relativamente jovens, e portanto, muito afectadas pelo desemprego. Aproximadamente 90% têm idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos e entre os 30 e os 44 anos. Mais uma vez as mulheres representam grande parte da mão-de-obra, principalmente a desempenhar funções de serventes ou aguadeiras. Em termos de instrução, mais de metade dos trabalhadores das FAIMO têm apenas o ensino primário, embora nalguns municípios apresentem percentagens elevadas de trabalhadores sem instrução (caso de Santo Antão e Tarrafal/São Miguel).

Apesar das FAIMO serem um dos principais factores de atenuação da pobreza rural, o problema é que elas não têm tido grandes resultados em termos de erradicação da pobreza.

⁶ Este factor de exclusão social tem um cariz vincadamente estrutural e é o corolário da fraqueza do tecido económico, da debilidade do sector agrícola, agravada pelo processo de desertificação associado ao elevado ritmo de crescimento demográfico. Os desempregados são geralmente os trabalhadores sem qualquer qualificação profissional.

ambiente entre outros aspectos têm acarretado o aparecimento de problemas diversos principalmente ligados à delinquência, droga e prostituição.

A última via para a tentativa de resolução deste problema resulta no fenómeno da emigração.

O papel do turismo no combate à pobreza

Tendo em atenção que a pobreza é um fenómeno multi-dimensional, que inclui simultaneamente parâmetros económicos, sociais e culturais, o seu combate além de dever ser perspectivado a longo prazo também pressupõe a adopção de novas soluções inovadoras que ataquem directamente as causas e os constrangimentos da pobreza. Neste contexto, como tivemos oportunidade de descrever anteriormente, o turismo terá de ser necessariamente equacionado como uma alternativa a considerar. Neste caso concreto, poder-se-ão implementar várias estratégias no sentido de garantir que o turismo possa gerar benefícios distintos para a redução da pobreza, dos quais se podem destacar os seguintes efeitos:

(i) Atração de novos segmentos de mercado que capte os turistas que estejam predispostos a visitar os mercados locais, a procurar experiências naturais, culturais e de vida quotidiana que terão maiores impactes na vida das populações. Também importa aumentar os fluxos de turismo intra-regional cujo potencial de desenvolvimento pode ser importantíssimo no sucesso desta estratégia (WTO, 2002);

(ii) Aumento dos gastos dos visitantes. O desenvolvimento de novas actividades e atracções que acolham as populações mais carenciadas poderão contribuir para este objectivo;

(iii) Desenvolvimento de produtos complementares que aumentem a propensão à viagem e que sejam complementares aos existentes. No caso concreto de Cabo Verde, temos aulas de dança e de tambor, tratamento capilar, *bird watching*, partilha de uma refeição com uma família, organização de *tours* históricos entre outros por exemplo;

(iv) Redução da sazonalidade através de novas iniciativas, como por exemplo, a criação de festivais, seminários e convenções, estratégias de preços, atracção de um maior número de turistas seniores que têm maior flexibilidade para viajar nas épocas baixas;

(v) Contribuição para a integração dos pobres na economia através da geração de emprego, o que pode ser alcançado por via do estímulo à criação de micro-empresas e de esquemas de auto-emprego em actividades de produção de bens e serviços afins (WTO, 2005 e 2006);

(vi) A inserção dos elementos dos grupos vulneráveis, sobretudo mulheres solteiras e jovens nas actividades turísticas;

(vii) A diversificação dos projectos das FAIMO nas áreas economicamente mais úteis, particularmente no desenvolvimento de programas de trabalho intensivo nas áreas de construção e recuperação de infra-estruturas de apoio ao turismo. O desenvolvimento do turismo ao exigir a criação de diversos tipos de infraestruturas poderá ter efeitos positivos em todas as populações beneficiadas. É o caso do abastecimento de água e de saneamento,

serviços sociais, saneamento de base, nas estruturas sanitárias de base, arruamentos nos bairros, melhoria do *habitat*, instalação de placas sinalizadoras, infra-estruturas de conservação de produtos agrícolas, trabalhos de plantação e de conservação de solos e água.

A realização de todas estas obras, que exigem modalidades de trabalho intensivas, poderá viabilizar por sua vez o objectivo de criação de empregos a nível das comunidades mais carenciadas, especialmente nas comunidades femininas e nos mais jovens.

(viii) Tendo em atenção a fraca qualificação profissional da maioria da população mais vulnerável e as limitadas perspectivas de integração no mundo do trabalho, é fundamental que se qualifiquem estas pessoas através do acesso a um sistema de formação profissional adequado, de forma a lhes garantir a integração no mercado de trabalho através do emprego ou do auto-emprego. Ora, a actividade turística pela sua necessidade de mão-de-obra (directa, indirecta ou induzida), pode desempenhar um estímulo para a requalificação profissional de muitas destas pessoas, nomeadamente as mulheres, os trabalhadores das FAIMO e os jovens à procura de primeiro emprego, que desta forma poderão passar a ter uma nova oportunidade profissional.

(ix) Uma adequada gestão dos sistemas de água potável e saneamento básico. Esta componente é fundamental para o desenvolvimento do turismo e simultaneamente para a melhoria da qualidade de vida das populações. Recorde-se que em Cabo Verde aproximadamente 35% da população ainda não tem acesso a água potável em condições mínimas de qualidade. Por outro lado, um destino turístico não se pode dar ao luxo de não ter um sistema de fornecimento de meios de recolha e tratamento de lixo que não seja eficiente. Desta forma, mais uma vez o turismo poderá ter capacidade de resolver alguns destes problemas que ainda persistem.

Igualmente importante é a recuperação de bairros e comunidades degradadas, especialmente nas zonas rurais.

(x) Com a dinamização do turismo, existe um mercado alternativo para se criarem novos sistemas de exploração não lesivas do ambiente e que respondam às necessidades dos potenciais clientes para este mercado agrícola, o que pode significar uma melhoria da produtividade dos mais carenciados, especialmente nas zonas rurais;

(xi) O turismo, pela sua procura das zonas rurais, pela procura do diferente e da originalidade aparece como uma actividade com um potencial único para dirimir os problemas resultantes das assimetrias regionais entre as zonas urbanas e rurais.

(xii) A promoção do desenvolvimento social e humano, pois permite que se actue em áreas tão distintas como a segurança alimentar, a promoção de emprego, o desenvolvimento sustentável do meio-ambiente entre muitos outros aspectos.

(xiii) Adopção de acções voluntárias dos turistas e empresas, o que pode ser conseguido através do estímulo de se visitar determinadas regiões, dado que os gastos deste “turismo de solidariedade” poderão ser utilizados para financiar os programas de luta contra a pobreza (WTO, 2005 e 2006).

(xiv) A luta por uma vantagem competitiva, num mercado cada vez mais fragmentado e concorrencial exige que se aproveitem as oportunidades que a Internet oferece. De um modo geral, a *Web* aparece como um canal que agrega o mundo, constitui um passaporte para deixar o anonimato provocado por restrições geográficas e financeiras e pode gerar uma maior consistência de uma marca, o que de outra forma seria inalcançável para muitos

destinos. Complementarmente, a adequada organização do *website* na promoção do destino poderá reflectir-se no êxito na captação de turistas já que se se der a conhecer um pouco do estilo de vida no destino, pode-se actuar como agente facilitador da tomada de decisão. Este facto, associado à publicidade mais barata e à redução de custos com mão-de-obra proporcionam às pequenas empresas e aos particulares atingir um mercado internacional que de outra forma seria impensável (Buhalis e Costa, 2006).

(xv) Nesta sociedade em mudança, também os turistas têm vindo a alterar o seu perfil, as suas motivações e naturalmente as suas exigências. O turista de hoje já não é o mesmo do passado.

Neste contexto, o *Novo Turista* pode ser então caracterizado como o indivíduo que se desloca para visitar destinos diferentes dos da sua residência habitual, por períodos de tempo limitados e variáveis, com o objectivo de lazer através do desenvolvimento de actividades propensas ao conhecimento e ao enriquecimento pessoal através de mecanismos de auto-aprendizagem pelo contacto directo e fundamentado no respeito mútuo com povos, culturas e ambientes naturais diferentes. São pessoas mais informados, mais independentes, mais individualistas e que se envolvem mais nas actividades em que participam (Poon, 1993).

Neste novo paradigma do turismo, a experiência (*turismo na era da economia da experiência*), deve ser atractiva, única e irrepetível. Os turistas querem vivenciar actividades autênticas nos lugares, eventos e festas, deixando de ser actores secundários para se tornarem protagonistas da comunidade local visitada. O conceito de autenticidade, motiva a deslocação de um turista tendo em vista o desejo de experimentar, de viver *interacções autênticas* com outros, ao longo da qual poderia aceder a um modo de vida quotidiano e a um ambiente diferentes e cuja genuinidade está preservada (MacCannell, 1976). Estes locais mais preservados e, portanto, menos desenvolvidos do ponto de vista do turismo, aparecem assim como um enorme potencial para garantir uma experiência “autêntica” com os habitantes locais evitando-se desta forma a replicação de experiências desprovidas de autenticidade ou com intuítos meramente comerciais onde se procura oferecer uma “autenticidade encenada”. Não nos devemos esquecer de que “a motivação principal dos turistas é a procura genuína da autenticidade, como experiência espontânea e culturalmente enriquecedora, numa sociedade saturada de artificialismos” (Fortuna, 1999).

Qualquer estratégia de desenvolvimento turístico que pretenda ter êxito deverá combinar a satisfação das populações locais, o sucesso da experiência turística e as condições óptimas de salvaguarda do património cultural e ambiental.

Isto pressupõe que por um lado o visitante possa auferir da maior autenticidade possível a par da preservação dos recursos naturais e por outro lado, a população local deva poder retirar vantagens económicas dessa actividade turística e desenvolver actividades artesanais tradicionais. Finalmente, as autoridades nacionais e locais devem também retirar mais valias económicas através de impostos directos e indirectos. O que está em causa não é apenas a adequação do visitado ao turista, nem do turista à comunidades de acolhimento, de forma unidireccional, mas antes a inter-relação entre os dois actores considerados e envolvidos na prática, de forma bidireccional e promotora de mudanças. Assim, o nível local passa a ser cada vez mais objecto de interesse do ponto de vista turístico – as cidades mas principalmente as aldeias comunitárias, as áreas rurais e as aldeias piscatórias (WTO, 2001).

Podemos assim afirmar que a viagem hoje em dia é um misto de experiências assente na procura da autenticidade, seja ela imaginada ou construída e cuja nostalgia pelo passado e pela memória, é essencialmente, protagonizada pelo turista proveniente dos centros urbanos que procura noutros lugares o tradicional – em evidente “extinção” e no fundo a autenticidade dos lugares visitados - regra geral em ambiente rural ou com uma forte relação com a natureza (Oldenburg, 1997).

Estes locais, podem assim responder de forma clara à busca pela autenticidade, busca essa que é uma versão moderna da preocupação humana universal com o sagrado. “O turista é uma espécie de peregrino contemporâneo, procurando autenticidade em outras “épocas” e em outros “lugares”, distanciados da sua vida quotidiana” (Urry, 1990).

Conclusão

Da análise anterior, podemos destacar um aspecto fundamental: a necessidade de se criar mecanismos que contribuam para a erradicação da pobreza da sociedade cabo verdiana. Ao longo dos anos, têm sido implementadas várias medidas. Todavia, apesar de algumas melhorias, a verdade é que a pobreza teima em se manter. Desta forma, o turismo, pelas suas capacidades de transversalidade pode e deve ser utilizado como um instrumento para se erradicar a pobreza. É claro que a sua estratégia pressupõe que ela seja efectuada em moldes próprios e adaptados à frágil situação das famílias mais carenciadas que se pretende beneficiar. Caso se consiga e se aposte nesta estratégia de forma consistente, então não há dúvida de que se poderá alcançar novos níveis de sucesso.

Apesar de acordo com a Declaração das Ilhas Canárias sobre o turismo nos países menos desenvolvidos, se reconhecer que o turismo “pode ser um mecanismo de criação de emprego, alívio da pobreza, redução das desigualdades de género e protecção da herança natural e cultural” (WTO & UNCTAD, 2001), é fundamental que se procure generalizar os seus benefícios económicos aos aspectos sociais e ambientais (WTO, 2002).

Como é facilmente perceptível, o sucesso duma estratégia de erradicação da pobreza, tendo como suporte o turismo, só será verdadeiramente alcançado caso se consiga efectivamente melhorar os indicadores sociais das camadas mais desfavorecidas quer a nível nacional, municipal ou mesmo local, o que exigirá uma actuação concertada entre todos os actores envolvidos. Qualquer outro tipo de solução só irá adiar a resolução do problema, ou na pior das hipóteses, ainda contribuir mais para o alargamento do fosso entre as populações mais carenciadas e o resto da sociedade.

Referências Bibliográficas

- BUHALIS, Dimitrios e Costa, Carlos (2006), *New Bussiness Frontiers*, Butterworth-Heinemann / Elsevier, Londres.
- CATTANRINICH, X. (2001), *Pro-poor Tourism Initiatives in Developing Countries: Analysis of Secondary Case Studies*, PPT Discussion Paper nº.8, London.
- DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (1999), *Sustainable Tourism and Poverty elimination Study*, DFID, London.
- DEPARTMENT OF ENVIRONMENTAL AFFAIRS AND TOURISM (2002), *Guidelines for Responsible Tourism*, DEAT, Pretoria.
- ENGBERSEN, Godfried (1999), *Le Monde Diplomatique*, Septembre, France.
- FORTUNA, Carlos (1999), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*, Celta, Oeiras.
- HOLYFIELD, L. (2002), *Moving Up and Out : Poverty, Education, and the Single Parent Family*, Temple University Press, Philadelphia.
- HUSTON, A. C. (1991), *Children in Poverty: Child Development and Public Policy*, Cambridge University Press, Cambridge.
- IMF & IDA (1999), *Poverty Reduction Strategy Paper: Operational Issues*, Washington D.C.
- JONHS, Nick e LYNCH, Paul (2006), "The self-catering accommodation market: A review of electronic and other sources", [*International Journal of Hospitality Management*](#), Volume 26, Assunto 2, 241-498
- MACCANNELL, Dean (1976), *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*, New York, Shocken Books.
- MINISTÉRIO das FINANÇAS e ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (2008), *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza*, Direcção Geral do Planeamento, Cabo Verde.
- OLDENBURG, Ray (1997). *The great good place*, Marlowe & Company, New York.
- OMT (2006), *Tourism Microfinance and Poverty Alleviation*, Madrid, Spain.
- POON, Auliana (1993), *Tourism, technology and competitive strategies*. CAB International, Oxford.
- POWELL, Eileen Alt (2005), "[Some 600,000 join millionaire ranks in 2004](#)", *Associate Press*, June 9.
- SARMENTO, Eduardo Moraes (2008), *O Turismo Sustentável como Factor de Desenvolvimento das Pequenas Economias Insulares*, Edições Lusófonas.
- SEN, Amartya (1983), *Poor, Relatively Speaking*, Economic and Social Research Institute, Dublin.
- SHAH, Anup (2009), "Poverty Facts and Stats", consulta on-line em <http://www.globalissues.org>.
- SHAOHUA Chen; Martin Ravallion, 2007, "How Have the World's Poorest Fared Since the Early 1980s?", *World Bank Policy Research Working Paper 4211*, New York.

SOLLEY, Bobbie A. (2005), *When Poverty's Children Write: Celebrating Strengths, Transforming Lives*, Heinemann, Inc., Portsmouth.

The Observer, April 28, 2002

TURISMO DE PORTUGAL (2007), *Plano Estratégico Nacional do Turismo*, Lisboa.

UNDP (1999), *Human Development Report 1999: Globalization with a Human Face*, USA.

UNDP (2006), *Human Development Report 2006: Beyond Scarcity: Power, Poverty and the Global Water Crisis*, USA.

UNDP (2007), *Human Development Report 2007/2008: Fighting Climate change: Human Solidarity in a Divided World*, USA.

UNICEF (1999), [*The State of the World's Children, 1999*](#), USA.

UNICEF (2005), [*State of the World's Children, 2005*](#), UNICEF

UNITED NATIONS (2007), *The Millennium Development Goals*, United Nations Department of Economic and Social Affairs, DESA, New York.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2008), *Capacity Development: Empowering People and Institutions*, Annual Report 2008, New York.

URRY, John (1990), *O Olhar do Turista – Lazer e Viagens nas sociedades contemporâneas*, São Paulo

WEISBROT, Mark; Dean Baker, Egor Kraev and Judy Chen (2001), "[The Scorecard on Globalization 1980-2000: Twenty Years of Diminished Progress](#)", *Center for Economic Policy and Research*, August.

WORLD BANK (2007a), *Global Economic Prospects*, USA.

WORLD BANK (2008), [*World Development Indicators 2008*](#), World Bank, New York.

[WORLD ECONOMIC FORUM](#) (2008), *The Global Competitiveness Report*, Geneva.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (1999), [*The World Health Report 1999: Making a Difference*](#), USA.

WORLD TOURISM ORGANIZATION & UNCTAD (2001), *The Canary Islands Declaration on Tourism in the Least Developed Countries*, 3rd United Nations conference on the Least Developed Countries UN General Assembly A/Conf.191/BP/4, Madrid.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (2001), *E-Business para Turismo*, Livros Studio Nobel, São Paulo.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (2002), *Tourism and Poverty Alleviation*, Madrid.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (2005), *Tourism. Microfinance and Poverty Alleviation*, Madrid.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (2006), *Poverty Alleviation through Tourism: a Compilation of Good Practices*, Madrid.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA (s/d), *Programa Nacional de Luta contra a Pobreza*, consultado em www.africainfomarket.org/.../5435_sen01_040302.doc

O CEsa

O CEsa é um dos Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido criado em 1982.

Reunindo cerca de vinte investigadores, todos docentes do ISEG, é certamente um dos maiores, senão o maior, Centro de Estudos especializado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social existente em Portugal. Nos seus membros, na maioria doutorados, incluem-se economistas (a especialidade mais representada), sociólogos e licenciados em direito.

As áreas principais de investigação são a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a sociologia do desenvolvimento, a história africana e as questões sociais do desenvolvimento; sob o ponto de vista geográfico, são objecto de estudo a África Subsariana, a América Latina, a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e o processo de transição sistémica dos países da Europa de Leste.

Vários membros do CEsa são docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no ISEG/"Económicas". Muitos deles têm também experiência de trabalho, docente e não-docente, em África e na América Latina.

Os autores

EDUARDO MORAES SARMENTO

Professor Associado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa no curso de Turismo. Doutor em Economia (especialização em Turismo) com tese sobre Cabo Verde intitulada "O turismo no contexto de uma pequena economia insular: o caso de Cabo Verde". Autor do livro "O turismo sustentável como factor de desenvolvimento das pequenas economias insulares: o caso de Cabo Verde".

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento
Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/"Económicas")
da Universidade Técnica de Lisboa

R. Miguel Lupi, 20 1249-078 LISBOA PORTUGAL
Tel: + / 351 / 21 392 59 83 Fax: [...] 21 397 62 71 e-mail: cesa@iseg.utl.pt
URL: <http://www.iseg.utl.pt/cesa>